



PODER DICIPLINAR

Autor(es)

Thiago Caetano Luz
Júlia Dias Rossi
Livia Carolina Soares Dias De Medeiros
Cleidimar Silva Franca Rezende
Pollyanna Cristina Martins De Zalazar
Rosa Maria Silva Das Neves
Kenio Barbosa De Rezende
Eduardo Augusto Xavier Farias
Karin Michele Ruth Popov
Fabrício Dias Rodrigues



Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O aumento da adoção do teletrabalho na administração pública tem levantado questões quanto à aplicação efetiva do poder disciplinar em casos de conduta inadequada dos servidores. A flexibilidade e a autonomia proporcionadas pelo teletrabalho apresentam desafios singulares no que diz respeito à supervisão e ao controle das atividades laborais. Nesse cenário, este trabalho pretende analisar os desafios práticos e jurídicos enfrentados pela administração pública ao praticar o poder disciplinar em situações envolvendo o teletrabalho. Entender esses desafios é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão disciplinar que incentivam a eficiência e a integridade em ambientes de trabalho remotos.

Objetivo

O objetivo deste trabalho geral é analisar os desafios práticos e jurídicos enfrentados pela administração pública na aplicação do poder disciplinar em casos de conduta inadequada de servidores públicos em regime de teletrabalho. Identificar os principais desafios práticos, analisar as questões jurídicas e normativas relacionadas à aplicação do poder disciplinar em ambiente... (anexo)

Material e Métodos

Para alcançar os objetivos propostos, será realizada uma revisão bibliográfica abrangente. Esta revisão incluirá estudos e análises detalhadas sobre diversos aspectos do poder disciplinar na administração pública, abrangendo as diferentes formas de controle e supervisão exercidas sobre os servidores públicos. Além disso, será examinada a regulamentação do teletrabalho, com foco nas normas e diretrizes que orientam essa modalidade de trabalho remoto. A jurisprudência relacionada também será analisada, a fim de compreender as decisões judiciais e os





precedentes que influenciam a aplicação das normas e práticas do teletrabalho e do poder disciplinar.

Resultados e Discussão

A revisão bibliográfica revelou uma série de desafios enfrentados pela administração pública na aplicação do poder disciplinar em situações de teletrabalho. Estes incluem dificuldades na supervisão e controle das atividades dos servidores remotos, questões de privacidade e proteção de dados, bem como a necessidade de adaptação das normas disciplinares e adequações para esse novo cenário, às novas realidades do trabalho remoto. Além disso, a análise jurídica demonstrou a complexidade das questões legais envolvidas, incluindo a interpretação de legislações trabalhistas e previdenciárias em contexto de teletrabalho.

Conclusão

É fundamental que a administração pública adote estratégias que conciliem a necessidade de disciplina com o respeito aos direitos e garantias dos servidores em regime de teletrabalho. É recomendado a implementação de políticas claras e transparentes, auxílio para capacitação dos gestores para lidar com questões específicas do teletrabalho. A efetiva gestão disciplinar em contextos de teletrabalho contribuirá para a promoção de ambientes de trabalho saudável e organizado.

Referências

- Alves, Carla. "Teletrabalho e gestão de desempenho no serviço público: uma análise comparativa." *Revista de Administração Contemporânea*. 2020;24(3):267-285.
- Silva, Ana Paula. "Teletrabalho no serviço público: desafios e perspectivas." *Revista de Administração Pública*. 2019;53(3):456-475.
- Souza, Marcos. "O poder disciplinar na administração pública brasileira: análise jurisprudencial." *Revista Brasileira de Direito Administrativo*. 2018;65(2):201-220.

3^a MOSTRA CIENTÍFICA

